

Entrevista: **Novély Vilanova Reis**

Lição trágica

O juiz, cujo filho está preso por matar um índio com fogo, conta como isso afetou sua própria vida

Sandra Brasil

O juiz federal Novély Vilanova da Silva Reis, baiano de 48 anos, está navegando numa tragédia. No dia 20 de abril do ano passado, seu filho Antônio Vilanova, então com 19 anos, junto com amigos, ateou fogo ao índio pataxó Galdino dos Santos, que dormia numa parada de ônibus em Brasília. Queimado da cabeça aos pés, o índio morreu 22 horas depois. Desde então, o filho do juiz divide uma cela de 6 metros quadrados com três presos. Todas as semanas, o juiz Novély Reis visita o filho, mas nunca teve coragem de entrar na cela. Passados vinte meses, o magistrado conta como sua cabeça, de pai e de juiz, mudou com a tragédia do filho. Ele, que nunca entrara num presídio, hoje conhece bem as mazelas do sistema, acha que um juiz deveria visitar delegacias, prisões e hospitais antes de assumir e critica o sistema da magistratura brasileira, que permite que um garoto imaturo de 22 anos se torne juiz. No ano passado, passou a visitar o filho em hora especial. A direção do presídio descobrira um plano dos presos para fazê-lo refém nas visitas coletivas. Sua entrevista:

Veja — Como juiz, quantas vezes o senhor já tinha ido a uma penitenciária antes da prisão de seu filho?

Novély — Nunca. A primeira vez foi para visitar meu filho, numa manhã de abril do ano passado, poucos dias depois do crime.

Veja — E o que o senhor achou?



RICARDO STUCKERT

Novély — A situação do sistema carcerário de Brasília é um pouco melhor do que a do restante do país. Não temos aqui o quadro caótico de São Paulo, por exemplo. Mas, mesmo assim, aquilo é um porão miserável. Além da perda de liberdade, os presos são discriminados. A comida, servida em quentinhas, é de má qualidade. Meu filho emagreceu. Não tem serviço médico eficiente, atendimento odontológico, coisas que o Estado tem a obrigação de fornecer. Por incrível que pareça, na área da educação há instituições privadas que fazem mais que as públicas.

Veja — Por exemplo?

Novély — Na hora do vestibular, que meu filho fez em novembro e em que foi aprovado na primeira etapa para o curso de economia, só apareceu lá na penitenciária a universidade privada. A Universidade de Brasília, que é pública, não vai.

Veja — Como é a cela de seu filho?

Novély — Não sei. Nunca tive coragem de ver meu filho na cela. Imagino que seja um lugar miserável. O máximo a que cheguei foi a entrada da carceragem.

Veja — O senhor se arrepende de ter mandado gente para a cadeia durante sua carreira?

Novély — Não me recordo de nenhum caso que eu tenha julgado antes da tragédia com o meu filho que eu julgaria diferentemente hoje. Mas é claro que essa experiência que estou vivendo influi no meu modo de pensar. Agora, se estivesse julgando causas criminais, coisa que não faço há cinco anos, eu saberia exatamente para onde estaria mandando os condenados. Sem dúvida, a realidade das cadeias é muito pior do que a teoria.

Veja — Se o senhor tivesse condições de mudar o sistema penitenciário brasileiro, por onde começaria?

Novély — O que mais aflige, em primeiro lugar, é a superlotação. Depois,

844

a ausência de recursos para ressocializar o preso. Aí, envolve tudo, os direitos, a educação, a saúde, o trabalho.

Veja — *O Brasil pune 98% de seus criminosos com pena privativa da liberdade, sendo que em países desenvolvidos, como a Alemanha, acontece exatamente o contrário. Lá, 98% são punidos com penas alternativas. O que o senhor acha disso?*

Novély — Sou favorável às penas alternativas — sempre fui. Essa posição não é decorrência da minha tragédia pessoal.

Veja — *Sua experiência pessoal, como pai, mudou a cabeça do juiz?*

Novély — Ah, mudou. Eu me tornei uma pessoa mais compreensiva. Percebo isso no meu cotidiano. Passei a ter mais disposição para ouvir as pessoas, os advogados. Isto aqui é uma oficina de aflições da vida. Hoje sou mais humano no meu trabalho.

Veja — *O senhor acha correto um juiz nunca ter visitado uma prisão, para ver aonde manda as pessoas que condena?*

Novély — Acho que teríamos de fazer muito mais do que visitar uma prisão. Na Espanha, um pretendente à magistratura tem de visitar hospitais, prontos-socorros, presídios, delegacias. Enfim, lugares onde possa ver a realidade humana, ter contato direto com as tragédias que envolvem as pessoas. No Brasil, não temos nada disso. Existe também o problema da idade.

Veja — *Qual o problema da idade?*

Novély — Nós temos juízes que assumem suas funções até com 22 anos de idade. Eu próprio me tornei juiz com 35 anos. Não era tão jovem, mas amadureci muito de lá para cá. Não sou contra os jovens nem acho que a idade explique tudo, mas alguém com 22 anos não tem a necessária experiência de vida para julgar outras pessoas. Antes da atual Constituição, um juiz federal tinha de ter no mínimo 28 anos. Essa limitação deixou de existir.

Veja — *O senhor sempre foi crítico de juízes jovens?*

Novély — Não. Antes eu não pensava assim. Com a tragédia pessoal que se

abateu sobre mim tive clareza quanto a esse problema. Quem não sentiria certa insegurança em ter seu destino decidido por um garoto de 22 anos, por melhor que tenha sido sua formação acadêmica?

Veja — *E por que isso acontece?*

“Temos juízes que assumem com 22 anos de idade. Não têm a necessária experiência de vida para julgar outras pessoas. Quem não sentiria certa insegurança em ter seu destino decidido por um garoto de 22 anos, por melhor que tenha sido sua formação?”

Novély — No sistema judiciário brasileiro, a realidade do juiz é a realidade formal, a que está no processo, o que acaba por abstrair de sua idade ou vivência pessoal. Nossa lei proíbe que o juiz julgue pelo que não está nos autos do processo. O espírito disso, naturalmente, é evitar que um juiz julgue à luz de sua própria subjetividade, mas, por outro lado, acaba por negligenciar o juiz como um agente social. Há até um movimento, chamado ativismo jurídico, que defende essa visão também social do juiz.

Veja — *O senhor passou a se interessar mais por esse movimento?*

Novély — Eu não faço parte desse movimento, mas procuro, agora mais do que nunca, visualizar mais o humano das coisas. Tenho tido contato com integrantes do movimento e tenho lido sobre isso. Sou partidário desse movimento. O ativismo jurídico é o oposto do juiz formal, estritamente formal, só que mais aplicado na área cível que na criminal.

Veja — *Como juiz, o senhor consegue entender com mais serenidade o que aconteceu com seu filho?*

Novély — Talvez isso ajude, porque estamos de certo modo habituados a lidar com os dramas humanos. Mas o fato de ser juiz, no caso de meu filho, fez com que desabassem sobre mim três tragédias simultâneas. Primeiro, meu sofrimento como pai e a insinuação de que meu filho não foi bem-educado, de que fui um pai fracassado. Depois, sofri com insinuações da imprensa, e até de algumas autoridades, de que, sendo filho de juiz, ele teria regalias. No fundo, as pessoas não queriam que meu filho fosse julgado. Queriam vingança. Queriam que ele, por ser filho de juiz e um jovem de classe média, fosse exemplarmente punido. Isso dói. A Justiça não existe para ser vingativa.

Veja — *Qual a autoridade que sugeriu punição exemplar para seu filho?*

Novély — Jamais alguém abordou o caso exatamente nesses termos. Mas nunca vou esquecer as palavras do então ministro interino da Justiça (refere-se a Milton Seligman, hoje presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra). Na época, ele foi à televisão para dizer que o governo estava preocupado porque os pais dos envolvidos no crime eram pessoas influentes na cidade. Ora, o que ele queria dizer com isso? Que as pessoas deveriam fazer justiça com as próprias mãos? Eu entendo a comoção que o caso criou, pelo fato de a vítima ser um índio, ter sido assassinado em 20 de abril, um dia depois do Dia do Índio, e por jovens de classe média de Brasília. Mas nem eu, e tenho certeza de que nem o então ministro gostaria que seu filho fosse punido de forma vingativa.

Veja — *E qual foi a terceira tragédia?*

Novély — Também sofri muito com a suspeita velada de que eu estaria manipulando a Justiça, explorando minhas relações para facilitar a vida de meu filho, para obter a impunidade dele. Nisso, fui ofendido na minha dignidade profissional. É muito doloroso enfrentar isso tudo de uma vez só. Quando a juíza Sandra de Mello decidiu em agosto do ano passado que o crime se-

ria julgado não como homicídio doloso, mas como lesão corporal grave seguida de morte, o que reduz a pena máxima de trinta para doze anos de prisão, boa parte da imprensa veio abaixo. Falaram que essa decisão ocorreu porque um dos acusados é filho de juiz. Insinuaram que a juíza só decidira assim por força do corporativismo.

Veja — *Mas esse corporativismo existe mesmo, não?*

Novely — Eu nem conheço a juíza Sandra de Mello. Aliás, a própria VEJA publicou uma reportagem, na época, defendendo a decisão da juíza. Foi uma das únicas publicações que compreenderam a diferença entre fazer justiça e fazer vingança. Mas eu fiquei praticamente indefeso. Eu queria que as pessoas acreditassem que eu não tinha nada a ver com essa decisão. A única arma que eu tenho para me defender é a sinceridade de dizer para as pessoas que sou juiz por vocação, faço do meu trabalho o maior valor da minha vida. E que nunca fiz dessa mesa aqui balcão de negócios. Acho que muita gente pensava que na semana seguinte ao crime meu filho estaria solto. E no próximo dia 20 de dezembro ele completa vinte meses de prisão.

Veja — *Até hoje ele não foi julgado. Isso não coloca diante do senhor o problema da morosidade da Justiça?*

Novely — Há duas questões aí. Uma é a da lentidão em si. Todos sabem que a Justiça é lenta, mas não acho que o caso do meu filho tenha fugido do padrão. Estão sendo obedecidos todos os prazos previstos em lei. A outra questão é que a lentidão nem sempre é maléfica. Às vezes, no calor do clamor popular, um julgamento pode se assemelhar mais à vingança que à punição. A distância temporal entre o crime e o julgamento, no fundo, ajuda a fazer justiça. A própria lei prevê isso.

Veja — *O senhor nunca pensou em ajudar seu filho com base em sua posição?*

Novely — Nunca pensei nisso. Afirmo com toda a convicção que não fiz nada no âmbito da Justiça. Nada mesmo. Nunca, em nenhum momento, questioneei a prisão de meu filho. Nunca tive o objetivo de amenizar o episódio nem dizer como a Justiça deve decidir.

Quando me refiro ao crime, inclusive, procuro usar a palavra “assassinato”, e não “morte”, para que não digam que estou tentando maquiagem a realidade. O caso aconteceu e eu não posso negar. Eles são os autores. Meu filho fez, é inegável que fez, e está pagando seu

“Sou juiz por vocação. Nunca fiz dessa mesa aqui balcão de negócios. Acho que muita gente pensava que na semana seguinte ao crime meu filho estaria solto. E no próximo dia 20 de dezembro ele completa vinte meses de prisão”

pecado. Pagando muito caro. Qualquer que seja a decisão que a Justiça adotar, eu vou compreender e aceitar. Também nunca subestimei a dor da família da vítima, que deve ser igual ou até maior do que a minha.

Veja — *O senhor teme uma punição mais severa para seu filho justamente por ser filho de juiz?*

Novely — Faço força para não acreditar nisso, para não abalar minha confiança de que a Justiça será feita sem levar em conta o fato de o réu ser filho de um juiz. Rezo por isso.

Veja — *Qual a sensação de visitar um filho na cadeia?*

Novely — A primeira vez foi uma coisa terrível. Eu me emocionei muito. Era talvez como se você fosse visitar um filho vítima de acidente grave e que estivesse lá entre a vida e a morte. Um amigo me acompanhou no primeiro dia. Chorei muito junto com meu filho. As primeiras vezes foram muito difíceis. Hoje, é uma coisa que faço com natura-

lidade e farei o tempo que ele permanecer preso naquela miséria. Minha visita é semanal e dura uma hora, uma hora e meia. Hoje, eu choro para dentro. O castigo a que ele está sendo submetido não será eterno. Ele pode ser condenado a cinco, dez, quinze, vinte anos. Mas um dia acaba.

Veja — *Sabendo que a prisão é uma escola de criminosos, o senhor não teme pelo futuro de seu filho?*

Novely — Meu filho não é bandido nem delinqüente. Eu defino o que aconteceu como uma grande tragédia e não vou falar em recuperação, pois isso pressupõe que ele era contumaz nessa prática. Mas o apoio da família para evitar isso é fundamental. Ele tem muito medo do retorno à sociedade. Já me disse isso.

Veja — *Por que seu filho cometeu esse crime?*

Novely — Isso pode acontecer com qualquer pessoa. Eu quero que alguém atire a primeira pedra e diga que com seu filho isso jamais acontecerá. Não me arrependo do que fiz nem do que deixei de fazer. A educação que eu dei a ele foi compatível com o meu padrão de vida. Meu filho não é da classe média alta, ainda que certo segmento da imprensa tenha difundido a idéia de que ser “filho de juiz” é sinônimo de “classe média alta”.

Veja — *Ele alguma vez explicou para o senhor por que colocou fogo naquele índio?*

Novely — Todo mundo sabe por que eles fizeram aquilo. Isso está no depoimento que ele prestou, e eu não vou dizer uma só palavra sobre isso (*No depoimento prestado à Justiça, um mês depois do crime, seu filho e os outros três acusados disseram que fizeram apenas “uma brincadeira”, para assustar o índio Galdino dos Santos, e não tinham a intenção de matá-lo. Antônio Vilanova, filho do juiz, disse que o índio “pegou fogo demais”*).

Veja — *Sua relação com seu filho melhorou depois desse episódio?*

Novely — Uma vez ele me disse que, na calada da noite, ele se perguntava se era preciso ter acontecido tudo isso para saber que ele tem um pai. ■